Há muito a fazer para alcançar a justiça climática na COP30

À medida que negociadores climáticos, políticos, ativistas, pessoas de fé, acadêmicos, empresas e outros chegam a Belém, os olhos do mundo se voltam para a COP30. As apostas são altas este ano diante da dinâmica geopolítica, dos eventos climáticos extremos e das tensões e conflitos crescentes. Dez anos após a assinatura do Acordo de Paris, o que o mundo conseguirá realizar em Belém?

A ACT Aliança, como uma organização cristã que aplica uma perspectiva baseada na fé e nos direitos humanos em seu trabalho e em sua análise da COP, saúda o esforço da presidência brasileira em fazer da COP30 a "COP do Povo" e em destacar as considerações éticas das mudanças climáticas e da justiça climática por meio do Balanço Ético Global.

Rudelmar Bueno de Faria, secretário-geral da ACT Aliança, afirma: *"O Acordo de Paris tem catalisado ações para manter a meta de 1,5°C, avançar rumo a um mundo com neutralidade de carbono e promover um desenvolvimento resiliente ao clima. No entanto, ainda há muito por fazer, pois a ciência indica que o limite de 1,5°C pode ser ultrapassado em poucos anos. A COP30 deve ser o momento da verdade, em que atores de fé liderem um apelo ético e moral por mais ambição e responsabilidade."*

O foco da ACT na COP30 abrangerá diversos temas, incluindo financiamento, mitigação e NDCs, adaptação, perdas e danos, gênero e transição justa.

Financiamento

Um financiamento climático adequado e de qualidade é essencial para reduzir a lacuna de ambição e transformar compromissos em ações concretas. Na COP30, os países devem adotar um roteiro credível de Bacu a Belém para atingir a meta de financiamento de 1,3 trilhão de dólares acordada na COP29.

Esse roteiro deve envolver os atores relevantes e destacar as reformas necessárias para garantir que o financiamento climático seja de alta qualidade e chegue aos países mais vulneráveis, sem agravar a dívida nem as desigualdades.

A COP30 deve reforçar o imperativo moral e a obrigação dos emissores históricos de apoiar as nações vulneráveis. Além disso, o tipo de financiamento é fundamental: doações e financiamentos concessionais devem ser a base do financiamento climático, especialmente para ações de adaptação e para lidar com perdas e danos.

Julius Mbatia, gerente do programa global de justiça climática da ACT Aliança, afirma: *"O financiamento alternativo e inovador não substitui as obrigações legais dos países desenvolvidos de fornecer recursos para enfrentar a crise climática nos países em desenvolvimento e vulneráveis. O financiamento privado não pode fluir sozinho nem substituir o papel do financiamento público. A responsabilidade dos países desenvolvidos de prover financiamento público internacional deve ser cumprida para reduzir a lacuna e mobilizar recursos adicionais e de qualidade."*

Mitigação e NDCs

A crise climática está se acelerando e continua atingindo com mais força as comunidades mais vulneráveis, especialmente nas regiões onde atuam os membros da ACT Aliança. A África, por exemplo, contribui com apenas 4% das emissões globais, mas enfrenta alguns dos impactos mais severos. Enquanto isso, os maiores emissores do mundo, responsáveis por cerca de 80% das emissões precisam realizar cortes profundos e rápidos.

Os planos climáticos nacionais atuais (NDCs) não são suficientes para manter a meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C. Segundo o Relatório de Síntese das NDCs de 2025, as promessas atuais reduziriam as emissões em apenas 17% até 2035, muito abaixo da redução de cerca de 60% necessária para manter uma trajetória viável para 1,5°C.

A ACT Aliança defenderá que os principais países emissores tratem seus compromissos atuais como ponto de partida, e não como limite máximo, e detalhem como aumentarão sua ambição no próximo ciclo de NDCs. Também lembrará que esses compromissos precisam ser implementados plenamente para colocar o mundo no caminho de limitar o aquecimento global abaixo de 1,5°C.

Mattias Söderberg, líder global de clima da DanChurchAid, observa: *"O mundo está caminhando sonâmbulo para um futuro perigoso. Não podemos resolver a crise climática evitando sua causa. Os combustíveis fósseis devem fazer parte da discussão se realmente quisermos proteger as pessoas e o planeta."*

Adaptação

Por muito tempo, os esforços de adaptação foram subfinanciados e negligenciados. Quase metade da população mundial já vive em áreas altamente vulneráveis ao clima, mas o progresso em financiamento, planejamento e implementação ainda é limitado.

Na COP30, nossas prioridades incluem aumentar o apoio à adaptação por meio do Roteiro de Bacu a Belém e garantir a adoção bem-sucedida da Meta Global de Adaptação (GGA), um dos principais resultados esperados da conferência.

Os indicadores da GGA devem permitir um acompanhamento transparente, mensurável e comparável globalmente dos esforços de adaptação. Financiamento, transferência de tecnologia e desenvolvimento de capacidades devem ser partes integrantes desses indicadores.

O progresso da adaptação não deve ser avaliado apenas pelos esforços nacionais, mas também pela cooperação e pelo apoio internacional prestados. A ACT Aliança acredita que chegou o momento de intensificar o apoio à adaptação, estabelecendo uma nova e ambiciosa meta de financiamento para além de 2025.

Os dados devem servir para orientar ações, não para criar encargos de relatórios. Os indicadores devem destacar o que já está sendo implementado no terreno, identificar onde é necessário apoio adicional e apontar lacunas de ação.

Perdas e Danos

A nova meta de financiamento acordada na COP29 não incluiu perdas e danos como submeta. A presidência da COP30 também não está priorizando o tema, o que representa um risco de marginalização em futuras negociações.

O Fundo para Responder a Perdas e Danos (FRLD), um fundo da UNFCCC, está operacional, mas ainda não desembolsou recursos, algo preocupante.

O FRLD deve ser plenamente capitalizado e trazer justiça às populações mais afetadas. Sua estratégia de mobilização de recursos, adiada até agora, precisa ser adotada com o objetivo de aumentar as contribuições de fontes públicas, privadas e inovadoras.

As doações devem ser o principal instrumento financeiro para capitalizar e reabastecer o FRLD, garantindo que ele responda à escala e à urgência das necessidades do Sul Global.

Nushrat Chowdhury, assessora de políticas de justiça climática da Christian Aid, destaca: *"É decepcionante que o Fundo para Responder a Perdas e Danos ainda não tenha recursos suficientes. As promessas estão muito abaixo das necessidades estimadas e nem mesmo os valores prometidos foram integralmente pagos. Mesmo assim, o fundo precisa buscar novos recursos enquanto os países desenvolvidos recuam em seus compromissos."*

Gênero

A COP29 terminou com a decisão de estender o Programa de Trabalho de Lima sobre Gênero por mais dez anos. Em Bonn, começaram as negociações para o novo Plano de Ação de Gênero (GAP), que continuarão em Belém, com o objetivo de adotar o novo plano até o final da COP30.

Esse novo GAP deve inaugurar uma nova fase na construção de um marco climático que trate a igualdade de gênero não apenas como um princípio orientador, mas como uma condição fundamental para uma ação climática inclusiva, efetiva, equitativa e transformadora.

Elena Cedillo, diretora de programas de justiça climática da Federação Luterana Mundial, afirma: *"A COP30 deve enviar um sinal claro de ação climática com justiça de gênero e incorporar explicitamente os componentes-chave do GAP nas NDCs e NAPs, incluindo a coleta e o uso de dados desagregados por gênero, além da adoção de orçamentos e marcadores sensíveis ao gênero."*

Transição Justa

Com base nos resultados do GST de 2023, a COP30 deve continuar destacando a necessidade de eliminar os combustíveis fósseis de forma justa e equitativa. Não basta incluir linguagem sobre combustíveis fósseis no texto final, é necessário um compromisso real com a justiça na transição energética.

Os maiores emissores, principalmente os países mais ricos, devem liderar com reduções drásticas de emissões até 2035, alcançar a neutralidade de carbono até 2050 e apoiar os países de renda média e baixa a seguirem o mesmo caminho.

Os países mais pobres devem fazer essa transição no ritmo de suas capacidades, com total apoio financeiro, técnico e de capacitação, garantindo o acesso à energia limpa e a erradicação da pobreza.

Os membros da ACT Aliança defenderão a eliminação dos subsídios aos combustíveis fósseis e caminhos de eliminação que respeitem os princípios da transição justa. A COP30 deve promover transições centradas nas pessoas e baseadas em direitos humanos, com os países desenvolvidos

investindo em sistemas de energia renovável descentralizados que gerem empregos locais, empoderem mulheres e jovens, e forneçam energia limpa a comunidades fora da rede elétrica.

O financiamento público deve liderar essa transição para evitar o acúmulo de dívidas insustentáveis, e esses compromissos devem estar firmemente integrados ao Roteiro de Bacu a Belém.

A COP30 representa um momento crucial e uma oportunidade para que as Partes avancem na implementação do Acordo de Paris, limitem o aumento da temperatura global a 1,5°C e o façam promovendo a justiça climática e protegendo as pessoas e nações mais vulneráveis.

Illari Aragón, copresidente do grupo de referência de justiça climática da ACT Aliança, comenta: *"Apesar do difícil contexto geopolítico, a COP30 precisa entregar roteiros para acabar com nossa dependência dos combustíveis fósseis de maneira justa e planejada, pôr fim ao desmatamento e, muito importante, ampliar o financiamento necessário para a transição energética e para que os países vulneráveis possam se adaptar e lidar com as consequências das mudanças climáticas que já enfrentam. A COP30 também deve reconhecer o relatório de síntese das NDCs e produzir uma resposta coordenada para fechar a lacuna de ambição, definindo claramente o que precisa acontecer a seguir. Precisamos de um resultado que transmita urgência e impulsione passos concretos para reduzir o abismo entre o que foi prometido e o que é realmente necessário."*

Contato para a imprensa:
Keziah Kariuki - keziah.kariuki@actalliance.org

Simon Chambers - simon.chambers@actalliance.org